

OS CATÓLICOS E O 25 DE ABRIL

Frei Bento Domingues, O.P.

1. A bibliografia sobre a relação entre a Igreja Católica e o Estado Novo salazarista, assim como a da oposição católica ao Estado Novo, continuam em crescimento¹. A questão acerca dos católicos e o 25 de Abril cobre um panorama demasiado vasto e demasiado próximo, mesmo apreciado 40 anos depois. É um tempo curto para a história e excessivamente largo e distante para o jornalismo. Isto para exprimir o incómodo que sinto neste testemunho.

Na recolha de textos que fiz em *A Religião dos Portugueses*, que vai desde a polémica entre *A Voz de Santo António* e o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus* (1908-1910), percorrendo o tempo da República e do Estado Novo até 1974, termina, precisamente, com um texto sobre *A Igreja e o 25 de Abril*². Não renego nada desses ensaios, mas não me parece que, sem a integração de novos elementos da investigação académica, possa satisfazer o desejo do Padre José Tolentino Mendonça de reeditar esse livro.

Falta uma investigação sobre o destino político e religioso dos católicos, depois do 25 de Abril, que se tinham empenhado na acção, declarada ou clandestina, contra a ditadura e a guerra colonial. Nem todos cabem na designação de “os vencidos do catolicismo”.

¹ Destaco Duncan Simpson, *A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista*, Edições 70, 2014, pois faz um balanço crítico das obras de Braga da Cruz, Fernando Rosas, Luís Salgado de Matos, Paulo Fontes, etc. e apresenta uma interpretação que não deixará de provocar novos debates, esperando, ele próprio, que o acesso a novas fontes de arquivo, que infelizmente ainda não estão acessíveis a todos os investigadores, permita uma investigação mais aprofundada de questões importantes.

² Bento Domingues, *A Religião dos Portugueses*, Porto, Figueirinhas, 2.^a edição 1989, pp 133-142.

A revista *Didaskalia* publicou um número importante, organizado pelo Prof. Alfredo Teixeira, sobre o inquérito, *Identidades Religiosas em Portugal: representações, valores e práticas*.

Portugal continua a ser um país de larga maioria católica, mas a paisagem religiosa alterou-se nas últimas décadas. Parece, segundo os indicadores do inquérito, que a transmissão familiar é ainda um factor decisivo nos processos de identificação religiosa. Mesmo em contexto de fragilidade, a mobilização da família para a transmissão religiosa poderia, ainda assim, revelar-se decisiva.

Seria, no entanto, ingenuidade pensar que isto vai durar muito tempo. Não há nada que substitua a família, mas a família também já não é o que era. Uma política que apostou em cortar nas reformas, em dar como destino aos jovens a imigração ou desemprego, em tornar quase impossível, sem heroicidade, trazer ao mundo uma criança, modificará radicalmente o futuro da família. A desertificação do interior do país, a perda de raízes de uma população que antigamente suportava as mudanças sociais, a persistência do modelo eclesial dos ministérios – sem poder continuar a garantir a sua reprodução tradicional – para pouco mais serve do que garantir – e bastante mal – os ritos de passagem: baptismo, casamento e funeral.

Aquilo a que se chamou a “re Cristianização de Portugal”, a partir dos anos 30 do século passado, com um contributo importante da Acção Católica Portuguesa (fundada em 1933), desenvolvida sob o manto de Fátima e servida pelo católico Salazar, figura da divina providência, reconhecida e venerada pelo episcopado, já nem ao 25 de Abril chegou.

A transição foi benigna, pois Salazar e Cerejeira – o rei e o vassalo – já estavam fora de jogo e D. António Ribeiro não jurou a continuidade, embora não convocasse os colegas do episcopado para uma revisão profunda do passado. Os políticos mais avisados, como Mário Soares, tudo fizeram para não reabrir a “questão religiosa” que envenenou a Primeira República.

2. O Vaticano II não foi desejado, não foi preparado nem aplicado pelo episcopado português, tão confiante estava na liderança providencial de Salazar. Quando teve de escolher entre D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, um membro do episcopado dissidente do Regime, preferiu o Regime do Estado Novo.

A hierarquia portuguesa passou, em tempo útil, ao lado da grande revolução eclesiológica desse concílio e a população portuguesa era man-

tida na ignorância do que se passou em Roma. A desculpa, declarada pelo Cardeal Cerejeira, era fantástica: em Portugal já estamos muito mais adiantados do que as propostas desse concílio.

Com o 25 de Abril, o Vaticano II também não parecia de grande utilidade para o movimento católico anti ditadura e anti guerra colonial. A urgência partidária engoliu os esforços das “assembleias livres de cristãos” e de muitas outras iniciativas para criar, nas condições do pluralismo político, uma *nova espiritualidade* para tempos de mudança. Natália Duarte Silva, mulher de Nuno Teotónio Pereira, já tinha sentido essa necessidade para o movimento católico, ainda antes do 25 de Abril. Os chamados “terceiros sábados” foram uma criação sua para se poder viver a fé cristã em tempos de luta. O ISET (Instituto Superior de Estudos Teológicos), de Lisboa, tinha condições e práticas que poderiam ser um grande contributo para fazer a ruptura e a ligação entre o antes e o depois do 25 de Abril. Em 1975, foi encerrado para engrossar o número de alunos da Faculdade de Teologia da Universidade Católica, mas sobretudo por receio do exercício livre e criativo de uma teologia e de uma pastoral fiéis ao Vaticano II.

3. Uma das características da Acção Católica era a organização a nível nacional, diocesano e paroquial, percorrendo todas as idades e categorias sociais e profissionais: agrários, escolares, independentes, operários e universitários (distinguindo, embora, masculinos e femininos).

O que desejo destacar era o seu carácter “iniciático”: ao percorrer todas as idades desde a infância, os membros iam desenvolvendo um catolicismo como processo contínuo de crescimento e segundo as necessidades de cada fase da vida.

A Acção Católica teve um papel importante no despertar de um laicado católico activo. Passou por diversas crises. A exigência de um “mandato” da hierarquia para os seus dirigentes impediu a sua independência, iniciativa e criatividade. Desejava-se um laicado como extensão do braço da hierarquia.

O catolicismo da Acção Católica tinha muitos defeitos e uma debilidade eclesiológica inerente, mas tinha uma grande virtude: o seu carácter iniciático. Depois do 25 de Abril, o pluralismo político não teve um suporte eclesiológico que fosse capaz de ver que a verdadeira identificação com a Igreja oficial nunca pode ser total e absoluta, sem questionamentos e discernimentos críticos. Cada membro da Igreja tem de assumir a sua responsabilidade por própria conta e risco. A Igreja, no seu conjunto e na sua hierarquia, precisa de estar sempre em reforma. Em

cada tempo e lugar, o mais importante é desenvolver a maturidade e a criatividade da fé cristã.

Não desejo fazer nenhuma apologia do individualismo, de um cristianismo sem Igreja. Pelo contrário, desejo o reconhecimento de uma antropologia de relação: o ser humano só pode ser humano em relação livre e colaborante com os outros, a nível local e global, seja onde for. Na Igreja, a diversidade de modelos está bem patente nas suas origens: os textos do Novo Testamento revelam uma pluralidade enorme de formas de acolhimento do caminho de Jesus Cristo.

O pós 25 de Abril foi vivido num tempo de grandes conflitos acerca da recepção da eclesiologia do Vaticano II: uma tendência restauracionista impediu o desenvolvimento do pluralismo criador. A falta da reforma da Cúria encobriu muitos escândalos e impediu novos caminhos.

4. Com o 25 de Abril, o estilo, que até ali vigorou no catolicismo português, desmoronou-se e o ambiente eclesial foi-se degradando. Temos dificuldade em verificar que, hoje, o catolicismo parece um conjunto de fragmentos num grande mar de indiferença, um conjunto de oásis num grande deserto: uma “era do vazio” católico.

Pode-se falar que estamos perante uma recomposição do fenómeno religioso no espaço das recomposições sociais, políticas e espirituais do país e que a minha reacção parece uma saudade do passado. O que desejo é que esses fragmentos, esses oásis, falem uns com os outros no respeito mútuo. A “Nova Evangelização” adquiriu um sentido novo com o Papa Francisco. Ele assumiu uma posição de reforma da Igreja a partir dos pobres e excluídos. Pode haver muitas formas de acudir a esse imenso mundo, mas não formas de iludir essas tragédias, a tragédia dos descartáveis, dos que não são produtivos, dos que não dão lucro.

Tornou possível que a relação entre *política e fé cristã*, em diálogo com as outras religiões e com os sem religião, deixe de ser uma conversa abstracta para se tornar uma *iniciação*, desde as crianças aos adultos, acerca da economia que mata, da ganância de uns e a miséria de outros, colocando os católicos, segundo as suas competências, a lutar por um mundo que importa fazer de outra maneira. É preciso reencontrar-se com o critério que nasce na metáfora de Jesus: *a árvore conbece-se pelos frutos*.

5. Essa paisagem desolada não mata a esperança. Exige apenas lucidez. Quem poderá recusar o texto de Ezequiel (37, 1-10) sobre a visão dos ossos *ressequidos*? Deus é maior que os nossos projectos sociais, eco-

nómicos, políticos e religiosos. Não há lugar para o desespero. Olhar para o que correu e está a correr mal não pode impedir a fé n'Aquele que é a ressurreição dos vivos e dos mortos. Os sinais dos tempos servem para ler o que ainda não é escrita perfeita. Defendo, dentro do pluralismo eclesial, um diálogo e uma colaboração que ressuscite a iniciação cristã, não apenas nas celebrações sacramentais, mas na vida toda. O *slogan* do começo do século XX – “Cristo todo na vida toda” – não pode ser um decreto nem um simples desejo, mas um convite a inventar novos caminhos para testemunhar que nada está perdido quando é a esperança a alma da nossa alma.